

EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES NO SEGUNDO REINADO: UMA LEITURA DE *MULHERES CÉLEBRES* DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

Jéssica Caroline Gouveia Santos ¹
Carollina Carvalho Ramos de Lima ²

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir sobre a educação no Segundo Reinado, com enfoque no ensino voltado para as mulheres. Para tanto, proponho analisar a obra *Mulheres Célebres*, escrita por Joaquim Manuel de Macedo, em 1878, com o intuito de ser utilizada como livro de leitura em escolas de instrução primária para meninas. Nesse período, a educação era tida como um meio de se atingir o progresso moral e o ensino de história, por sua vez, buscavam transmitir “bons exemplos”, característico do que Jörn Rüsen definiu como uma consciência histórica exemplar. Em consonância com este projeto formativo, “*Mulheres Célebres*” apresenta o perfil de vinte e cinco mulheres consideradas “heroínas”, por suas virtudes e sentimentos patrióticos. Desse modo, entendendo o livro didático como um documento excepcional e fonte histórica privilegiada, se pretende refletir sobre o tipo de educação que se pensava para as mulheres brasileiras oitocentistas.

Palavras-chave: Educação Feminina, Livro Didático, Segundo Reinado.

INTRODUÇÃO

A independência política do Brasil em relação à Portugal, iniciada em 1822, criou novas demandas à então recente nação, dentre elas, organizar um sistema educacional e construir as bases para o progresso do país. No entanto, com pouco “tempo de vida”, um cenário conturbado se delineou com a renúncia de Dom Pedro I, em 1831, e o estabelecimento de um governo regencial que administraria o território até que o trono passa a ser, em 1840, do herdeiro, Dom Pedro II, que não havia completado nem os cinco anos de idade no momento da renúncia de seu pai. No período regencial, eclodiram diversos movimentos rebeldes, que impunham risco ao poder das elites e a manutenção da extensão territorial. Além da repressão aos movimentos, tornava-se urgente a tarefa de forjar uma identidade nacional que agregasse o “povo brasileiro”.

No século XIX, a preocupação com o desenvolvimento da ciência histórica fomentou a criação de cursos de História nas Universidades europeias, no Brasil, essa preocupação se materializou na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, com o apoio do governo imperial. O projeto de escrita de uma história nacional passou a servir aos

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, gouveia.jessica@outlook.com;

² Doutora em Teoria e História Literária. Docente da Faculdade de Educação, na Universidade Federal da Bahia-UFBA, carollinadelima@ufba.br.

interesses das classes dirigentes em um momento crucial para o estabelecimento de uma ordem política alinhada à manutenção da escravidão e do latifúndio, bem como aos valores morais “elevados”.

Nesse sentido, a História tinha por função formar crianças e jovens pautados nos princípios cristãos católicos e pelos fatos emblemáticos do império, ou seja, fazendo uma junção da História Sagrada com a História Nacional, conciliando os interesses do Estado e da Igreja. De acordo com a professora Thaís Fonseca (2006, p.47), “produzia-se e ensinava-se, a julgar pelos programas e pelos textos dos livros didáticos, uma História eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja Católica e a monarquia”.

Desse modo, fica evidente um princípio moral na constituição destes projetos educacionais. O Colégio Pedro II, por exemplo, fundado em 1837, foi o primeiro a instituir – no ano seguinte à sua fundação – os programas curriculares do ensino de história ao longo das oito séries. Ao longo da década de 1840, várias reformas foram realizadas, nas quais se modificou a distribuição dos conteúdos e a divisão das áreas específicas com a criação da disciplina de História Geral e de História do Brasil. Considero que o contexto oitocentista contribuiu para o fortalecimento do ensino de história, visto que a necessidade de se manter a ordem e construir a identidade da nação tornou-se um problema político. Assim a história é entendida não somente como funcional, mas como uma disciplina capaz de transmitir princípios morais, pautados por uma consciência cristã e nacionalista.

O avanço dos currículos que, sobretudo se impuseram no ensino secundário, na segunda metade do século XIX, fomentou a expansão da produção de livros didáticos no país, pois o ensino carecia de materiais e metodologias que pudessem orientar professores e alunos no processo formativo. Nesse contexto, já consagrado como romancista, Joaquim Manuel de Macedo era também sócio do IHGB e professor de história do Colégio Pedro II, atribuições que lhe credenciavam – socialmente – para a escrita de manuais didáticos, como *Lições de História do Brasil* (1861) destinado ao ensino primário e secundário e *Mulheres Célebres*, pensado para a instrução feminina. Obras que demonstram a preocupação de Macedo com o desenvolvimento de um método para o ensino de história, para além das questões ligadas ao conteúdo que a disciplina deveria abordar.

Para Carollina de Lima (2019), Macedo, em muitos de seus textos, expressou a preocupação sobre o desconhecimento da história nacional por parte dos brasileiros, além de criticar a falta de incentivos – materiais e subjetivos – para a realização das expedições

exploratórias pelo território. Contudo, apesar das dificuldades a tarefa de produzir materiais didáticos era urgente naquele momento, pois era necessário ao ensino de história uma narrativa histórica fundada na compreensão de acontecimentos amplos, voltados para o sentimento de civilidade e para os direitos e deveres das novas gerações com a humanidade e com a pátria.

Para Thais Fonseca (2006), os livros didáticos têm sido de fato, grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade e da transmissão de valores morais, visto que cumpre o papel educador de acordo com os interesses de quem o organiza. Logo, a produção historiográfica sempre esteve caracterizada pelo traço tradicional, com uma história produzida para o âmbito político, militar e exaltador de *grandes* acontecimentos da nação. As abordagens possuíam seus privilégios, por exemplo, os referenciais à escravidão eram apresentados de forma que os negros eram responsabilizados pela existência e as palavras de louvor à princesa Isabel como responsável pela abolição, estavam presentes.

Na segunda metade do século XIX, o mercado editorial oitocentista vivia sua expansão no Brasil, de modo que, além de jornais e romances, a edição de manuais didáticos passou a atender as demandas de um público leitor ainda incipiente, mas em crescimento, especialmente, com a ampliação dos espaços escolares. A necessidade deste corpo material foi contundente, sobretudo, porque estes materiais estavam sendo produzidos com a intenção de propagar entre os indivíduos pertencentes à sociedade brasileira, uma história geral da nação que pudesse ser contada e propagada por todos,

Toda essa produção é, também responsável pela formação da consciência histórica dos indivíduos, de modo que o trabalho didático no contexto escolar tinha a finalidade de transmitir uma versão oficial e única da história, especialmente, a história pátria. Como historiador e professor de História para jovens estudantes, Macedo partiu dessa concepção de História e dialogou com ela. (LIMA, 2019, p.11).

A consciência histórica assume neste contexto o papel de exemplar, pois é a necessidade de se orientar no tempo que a produz, nesse sentido é que se reitera o que vem sendo abordado neste texto, sobre a influência de um constructo social, pensando em uma formação moral e nacionalista. Mobilizando o conceito de consciência histórica exemplar desenvolvida por Rüsen, o livro didático analisado apresenta um:

[...] modelo de significação que corresponde aqui tem a forma de regras atemporais. Nesta condição a história é vista como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente como algo didático: *história vitae maestae* é uma máxima tradicional na tradição historiográfica ocidental. (RÜSEN, 2011, p.65).

Em uma das notas biográficas apresentadas por Macedo, em *Mulheres Célebres*, essa ideia de que a história pessoal, no caso da alemã Maria Simon, deve servir como exemplo fica

evidente na seguinte passagem: “A história da Alemanha dará a história do mundo civilizado belíssimo exemplo, suave projeção de santo raio de luz etérea no quadro das virtudes, na exaltação do patriotismo, e na evangélica prática da caridade de Maria Simon, que soube amar Deus sobre todas as coisas, e ao próximo, como a si mesma.” (MACEDO, 1978, p.117). A partir desse excerto, é possível aventar a relevância social do historiador e da história no século XIX, uma vez que ambos se tornam formadores morais e culturais da sociedade, por meio de uma narrativa histórica que tinha por finalidade desenvolver nos sujeitos, tomando a tipologia rüseana, uma consciência histórica exemplar.

Para tanto, do ponto de vista escolar, era necessário produzir materiais didáticos, elaborados enquanto linguagem, forma e conteúdo, que fossem úteis para a compreensão da história da nação e que transmitissem modelos morais, baseados nos princípios cristãos, para os estudantes brasileiros a fim de que o país entrasse nos rumos do progresso e integrasse o rol das “nações civilizadas”. Desse modo, buscando compreender o ideal de educação para um público específico, as mulheres, nos propomos analisar o livro “*Mulheres Célebres*”, que vai a meu ver reafirmar o potencial pedagógico que os livros didáticos possuem para a construção de uma memória histórica e a formação da identidade pessoal e coletiva, bem como o desenvolvimento de uma consciência histórica exemplar, na qual as experiências temporais são tomadas como “regras gerais” que isolam os casos, dando-lhes um caráter atemporal, nesse caso, segundo J. Rüsen (2011, p. 65), “a história é vista como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente”. No livro em questão, Macedo traça o perfil de diversas mulheres, consideradas “heroínas”, com o objetivo de difundir por meio de sua leitura – especialmente, nas escolas para meninas – o espírito de tradição, família e nação.

METODOLOGIA

As reflexões que ora propomos sobre a educação oitocentista, em especial, o ensino direcionado para as mulheres no segmento da instrução primária, baseia-se na leitura e interpretação de documentos históricos, no caso livros didáticos editados no Império, com destaque para *Mulheres Célebres*, de Joaquim Manuel de Macedo, editado em 1878. Além disso, foi fundamental para a realização desta pesquisa a revisão da bibliografia, referenciada ao longo do texto, sobre Ensino de História e História da Educação.

Mulheres Célebres foi escrito por Macedo para ser utilizado como livro de leitura em escolas femininas na segunda metade do século XIX. Apesar da singularidade desta obra, acreditamos que sua leitura minuciosa descortina uma concepção de ensino que procura

transmitir determinados valores às mulheres, em consonância com os papéis sociais que homens e mulheres deveriam desempenhar no contexto de uma sociedade patriarcal. Nesse sentido, o livro em questão, é tomado como índice histórico interpretado a partir do método indiciário, desenvolvido pelo teórico italiano Carlo Ginzburg, com o qual é possível “dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social”, por isso:

[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1990, p.177)

Trata-se, portanto, de uma análise pautada nos pressupostos da micro-história, na qual entende-se que um documento excepcional é aquele capaz de ser “muito mais revelador do que mil documentos estereotipados.[...]. funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”(Ginzburg, *et. al.* 1989, p.177), de modo que buscamos na fonte analisada aspectos particulares da realidade social que dão pistas do imaginário social de uma dada época e de seus agentes históricos. Para Ginzburg:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...], não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos inglididos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível. (GINZBURG, 2002, p. 44-45).

Nesse sentido, em consonância com os teóricos da micro-história, acreditamos que o foco em uma “escala reduzida, permite em muitos casos um reconstituição do vivido impensável a outros tipos de historiografia”, além disso, dá condições para que se questione “as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido articula-se.” (Ginzburg *et.al.* 1989, p.177-178).

“MULHERES CÉLEBRES” E A FORMAÇÃO DAS MULHERES NO SÉC. XIX.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 1820, no interior do Rio de Janeiro, como literato, escreveu romances conhecidos, como *A moreninha (1844)*, *O moço loiro (1845)* e *Vítimas algozes (1869)*, além de autor de poemas e peças de teatro. Além da literatura, Macedo dedicou boa parte de seu tempo à instrução, como professor de História do Colégio D. Pedro II

e escritor de livros didáticos importantes, como o já citado *Lições de História do Brasil*, publicado – pela primeira vez – em 1861.

Em *Mulheres Célebres*, de 1878, obra adotada pelo governo imperial como livro de leitura para as escolas de instrução primária destinadas ao sexo feminino, o romancista compilou o perfil de vinte e cinco “célebres” mulheres, nas quais as alunas da Corte deveriam se inspirar. Macedo, como boa parte da elite letrada imperial, considerava a escola um elemento fundamental na formação moral dos indivíduos e o ensino de história, por sua vez, um instrumento de transmissão de valores morais e exemplos históricos adequados à mocidade brasileira. Nessa perspectiva, o autor entendia que no caso da educação das mulheres era importante apresentar perfis femininos, com as quais pudessem aprender boas lições. Nas suas palavras, seu intento era reunir em pequenas “notas biográficas”:

[...] o estudo de algumas Mulheres de celebridade histórica, de cada uma das quais nos esforçamos por fazer sobressair a lição moral que transpira das ações benemerentes, virtuosas ou heroicas, que ilustraram sua vida. É obvio que em objetivo de educação moral falar às meninas de grandes feitos e de fulgurantes glórias de homens ilustres não preencheria o fim, que tínhamos precisamente fitado: é nos horizontes sociais marcados ao seu sexo, é na escola pratica, no modelo-escola das mulheres beneméritas, virtuosas e heroicas que devem aprender, aproveitar e formar-se moralmente as meninas. (MACEDO, 1878, p.18).

No início da Introdução da obra, Macedo (1878, p.5) afirma que o professor é a “placenta da inteligência”, aquele que por exercer influência na formação do futuro de seus alunos, deve desempenhar a carreira cultivando a virtude e a inteligência, bem como servir de exemplo, pois é capaz de regenerar a nação. Para o autor, “o professor de instrução primaria é muito mais importante do que o lente catedrático da universidade de maior nomeada”, de modo que ao ter a função de formar as crianças, ele estaria semeando “em campo virgem que a mercê quase absoluta do lavrador [...] é fácil encher-se de espinhos, como de preciosa vegetação” (MACEDO, 1878, p.5-6). A comparação entre o professor e o lavrador é emblemática da perspectiva que perpassa a obra, atribuindo a este profissional a “missão” de formar a moral dos estudantes e garantir o progresso do país. Macedo (1878, p.6) chega a dizer que uma nação “decadente e corrompida” que por “milagre de Deus” fosse dotada de “*mães de famílias* exemplares e de *professores de instrução primária* na altura de seu grande ministério”, ele seria regenerado.

Mais adiante, ao tempo que considerava o professor como influenciador no futuro do indivíduo, Macedo enfatizava que a educação para as meninas precisava desempenhar a responsabilidade de fazê-las carregar com “desempenho e imensa responsabilidade (ainda mal

compreendida pela mulher, e igualmente mal refletida pelo Estado) de primeiras e principais reguladoras do futuro da pátria, como mães de família”. (MACEDO, 1878, p.6).

Com isso, a instrução primária deveria se manifestar mediante duas condições: a do sistema de ensino e a do sistema de educação. O sistema de ensino com método *evangélico*, aquele paciente e doce, considerava que o professor teria que ensinar afetivamente para não atormentar os alunos, já o sistema de educação, ter por base, desenvolver boas qualidades e corrigir os defeitos dos *discípulos*. Nesse contexto, a educação tem como fundamento o desenvolvimento, nos termos de Rüsen, de uma consciência histórica exemplar, pautada pela generalização de determinados fenômenos históricos que são tomados como modelos, ensinando a aluno o curso de ação que se deve tomar e o que se deve evitar fazer (RÜSEN, 2011, p.65). Assim, Macedo admite o exemplo como mais efetivo do que o conselho e a explicação, sendo que o exemplo, neste contexto, é o conselho prático e a explicação viva da melhor educação.

Cabe destacar que, com as características apontadas, a profissão do magistério – especialmente, na instrução primária – passa a ser vista como prática exclusiva às mulheres. (MACEDO, 1878, p.15). Por serem consideradas genitoras, logo seriam mais caridosas e amorosas que os homens, por fim a mulher para Macedo:

[...] é melhor, mais digna, mais respeitável, mais virtuosa do que o homem. É a mulher destinada pela natureza a ser mãe, tem em seu coração todas as maravilhosas delicadezas, todos os segredos de doçura do amor maternal, que ainda sem que ela tenha filhos, fáceis a tornam como suave mãe das meninas, de quem é professora ou mestra. (MACEDO, 1878, p.15 e 16).

Considerando a proposta e a importância de *Mulheres Celebres* à época de sua publicação, bem como seu conteúdo e o público ao qual se destinava, entendemos que é possível destacar três pontos fundamentais: o primeiro, elevar a figura do professor e apresentá-lo como salvaguarda das virtudes e dos valores morais, por meio de sua postura exemplar e da transmissão de conhecimentos históricos capazes de garantir uma formação moral que tomasse os *valores* como princípios, comportamentos e ideias e funcionasse como um guia do comportamento individual e coletivo. Segundo, caracterizar os “livros de leitura” como um instrumento importante de ensino, o que justificaria a necessidade de novas produções adequadas ao universo feminino e à idade das alunas, mas que fossem capazes de “firmar no ânimo das meninas princípios sãos, e preceitos de moral especulativa e pratica”. (MACEDO, 1878, p.17). E terceiro, considerando que, no sistema geral de instrução, à mulher estava reservado um lugar na instrução primária, período escolar tido como fundamental para a construção do caráter e a conformação do sujeito ao papel social que ele deve desempenhar, à professora

caberia, por meio dos conteúdos, dos métodos adotados e, principalmente, do exemplo, formar as estudantes para serem boas esposas, mães exemplares, donas de casa, delicadas e frágeis. Em última instância, estes são mitos de uma feminilidade, perpetuadas por uma sociedade patriarcal.

TRAÇANDO O PERFIL DAS “MULHERES CÉLEBRES”

E, já o dissemos, o exemplo do professor e da professora é o conselho prático a explicação viva da melhor educação, mas também no estudo das mulheres celebradas, revividas na história pelo fulgor das suas virtudes e do seu heroísmo, as meninas acharão exemplos excelentes, em cuja apreciação hão de aprender e aproveitar cem vezes mais do que nos livros do moral especulativa. Pelo menos é esta a nossa opinião. (MACEDO, 1878, p.19)

Diante do que Macedo expõe e das considerações realizadas no decorrer deste texto, foi possível compreender a intenção que se tinha com o ensino para as mulheres. Com a transcendência dos livros didáticos, criam-se perfis que deviam ser lidos pelas meninas do ensino primário, e utilizados como exemplos para as suas vidas. Cabe agora, traçar como essas narrativas foram redigidas e qual o ideal feminino que se esperava na época.

Dentre os perfis selecionados por Macedo, muitas mulheres se destacaram na educação. Pensando especificamente na formação das meninas, em um contexto no qual o ensino era considerado como um exercício inerente ao sexo feminino, as atuantes no magistério ou aquelas que investiram economicamente na instrução, ocuparam parte significativa das notas biográficas apresentadas no livro em questão. Em muitos casos, elas assumiram a tarefa de ensinar por um ato de amor ou caridade, ou seja, sem remuneração adequada pelo trabalho. O dote de educar era tido como natural, mas em cenários diferentes. A bondade – virtude destacada pelo autor – é uma característica das “mulheres célebres” que, com suas fortunas e por ato de benevolência, se dedicavam ao ensino, a exemplo da Amália Sieveking, que não ostentou do seu luxo, mas desde cedo desempenhou a tarefa de ensinar gratuitamente as meninas pobres da sua região. Outros perfis aparecem como as mães, que se dedicavam exclusivamente a educação dos seus filhos. Para Macedo (1878), a mulher que educa seus filhos com as noções do dever, com as lições, com a prática das virtudes e com a enobrecedora luz dos direitos, é benemérita da pátria, porque prepara cidadãos prestantes e dedicados.

A escrita desses modelos no papel educacional reflete no constructo social de feminização do magistério, ao qual destinou a mulher durante muito tempo, um lugar na educação básica, por entender que esta ação de ensinar está relacionada as tradições de obrigações femininas derivadas da maternidade, das funções domésticas e das tarefas de

cuidado. Almeida (1996) afirma que ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres. Neste sentido, associar o ofício de educadora à mulher, relacionando-o à sua atividade materna, levou Macedo (1878) a trazer modelos exemplares, visando no tempo construir identidades que compusessem o ideal feminino à época. Cunha e Silva (2010) analisam a formação, colocando que as escolas possuíam o objetivo de preparar a mulher para educar os seus filhos, de acordo com as regras da boa sociedade, exercendo assim o seu papel de esposa e mãe, guardiã da família e dos bons costumes. Logo, a visão macediana – que é, por sua vez, uma visão hegemônica em seu tempo –, tinha por objetivo priorizar o ensino visando à formação moral e não intelectual dessas mulheres.

O livro traça a biografia de mulheres de famílias de posse, mas também aquelas que vinham de linhagem pobre. Tais perfis apresentaram, na maioria dos casos, uma postura desviante, mesmo que demonstrassem algum patriotismo. Macedo (1878) afirmou que a mulher não nasceu para a guerra, mas para promover o encanto, a paz e a felicidade do lar doméstico. Neste contexto, ao retratar a trajetória dessas mulheres com comportamentos modestos, altruístas e abnegados, mas que se destacaram em atividades nacionalistas, seus atos heroicos, mesmo que desvirtuantes justificavam-se pelo amor à pátria. Por vezes, o patriotismo era uma resposta a apelos do coração, impelido pelo sentimento missionário. Um desses casos foi Joana D'arc que, segundo Macedo, “impelida pelas extraordinárias visões em que do poder de Deus, lhe vinha a missão”, deixou sua vida para seguir a missão divina. Essa visão reitera a imagem da mulher frágil, mas movida por emoções, de modo que, nenhum obstáculo as impedia, pois acreditavam na salvação e libertação da pátria. Quando apareciam pertencentes ao cenário político, conseqüentemente era para lutar por uma justiça, atingindo o desejado, voltavam para o seu lugar natural, Izabel, Rainha Da Inglaterra, conhecida por ter prosperado agricultura, indústria, comércio e desenvolvido a marinha de guerra do seu país, no entanto considerada um “homem” do seu tempo.

Como o manual, escrito por Macedo, foi pensado para ser leitura obrigatória nas escolas para meninas, alguns perfis de brasileiras foram visibilizados. Dona Maria Úrsula de Abreu e Lancaster, que, disfarçada de homem, com nome de cabo Baluarte, seguiu carreira militar na Índia, e “imortalizou-se pela bravura com que se bateu em todos os ataques do inimigo sempre rechaçado”. Neste sentido, a relação com o que Rösen trata como história de nível exemplar, que conserva os heróis, se confirma mesmo tratando-se de mulheres com atitudes desviantes do padrão, com intuito de estabelecer a moralidade para as leitoras. Além da Úrsula, D. Maria

Joaquina Dorothea De Seixas, envolvida na Inconfidência Mineira, immortalizada pelas líras da obra *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, fazia parte da tentativa de aliar a história de amor com a história nacional, projetando uma imagem de nação, sem abrir mão de uma leitura mais encantadora para o público alvo. Assim, D. Francisca De Sandi, enfermeira cultuada pelo seu civismo e sua valentia, demonstrados ao enfrentar a epidemia de Febre amarela que surgiu em Salvador, na qual se põe a cuidar de todos os enfermos.

A narrativa macediana romanceou a trajetória das mulheres selecionadas, tomadas como modelos de mães e esposas, que mesmo em conflitos ou em cuidados de outrem, eram dedicadas, zelosas e tementes a Deus. A caridade e o sentimento de desprendimento material faziam parte do perfil de todas elas, e estas eram qualidades que regiam a ética da religião. A linguagem entre nação e família não é abandonada, logo o retrato da mulher nunca aparece sozinho, mas em ligação com algum membro, de preferência masculino – em geral, pais, irmãos, maridos e filhos. Sem dúvida, a apresentação dos modelos, além de buscar uma identidade nacional, construía e reservava o lugar social para a mulher oitocentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por definição, célebre é tudo que possui excesso de fama, que é famoso. Um dos livros que serviu como base para instrução feminina, no século XIX, apresentado nessas páginas, apresentou os perfis exemplares de mulheres “heroínas”, “virtuosas”, “belas e/ou recatadas”, com a perspectiva de forjar um padrão de mulher, um feminino universal, que seria lido por, especialmente, estudantes da instrução primária a fim de que pudesse seguir tais exemplos. Assim, a atribuição do termo célebre, se constitui pelo fato dessas mulheres terem méritos e virtudes que as tornariam ilustres. Entretanto, entendendo a necessidade de construir uma narrativa histórica nacionalista, elas são escolhidas por serem exemplos que permitiam o entrelaçamento do passado à construção do presente.

Através da leitura das vinte e cinco mulheres célebres de Joaquim Manuel de Macedo, é possível destacar diversas semelhanças. Em primeiro lugar, no geral todas foram apresentadas ressaltando seus vínculos parentais ou sua condição no contexto familiar, ou seja, narradas como mães, esposas, filhas, sobrinhas ou irmãs de alguém, portanto, não seriam elas brilhantes, se não tivessem ligadas a figura do sexo masculino. Outro ponto a se destacar, é que este mundo masculino era o dos reis, imperadores, soldados, os hercúleos, o que nos coloca o

questionamento, se estas mulheres eram consideradas importantes pela popularidade que fora desenvolvida, ou por estarem conectadas aos seus pais, irmãos ou maridos.

Entre as múltiplas conexões, as mulheres célebres, em sua maioria, eram senhoras ricas, belas, ótimas esposas, mães, viúvas, caridosas, guerreiras, educadoras por instinto, de família, amigas, e religiosas fervorosas a Deus. Para além disso, é pertinente salientar, que toda a prosa, ao final, possuía uma moral, um ensinamento, do que devia ou não ser seguido. São “conselhos” ou “alertas” dados, tendo em vista o tipo de mulher que se esperava formar. Em última instância, para Macedo (1878, p.122), a mulher não nasceu para a guerra, nasceu para fazer o encanto, a paz, a felicidade do lar doméstico, muito embora, o sentimento patriótico fosse uma virtude necessária para o sucesso da nação.

A imagem da mulher oitocentista doce, feita para o lar, mãe exemplar, com dotes educacionais era concernente à uma suposta universalidade feminina, que ainda é observável em discursos contemporâneos. Contudo, ao investigar suas possíveis origens, nos deparamos com a importância da escola e dos manuais didáticos nesse processo de construção/formação de um imaginário social que definia os espaços e os lugares da mulher na sociedade. Nesse contexto, além de buscar uma identidade nacional, criava-se, a meu ver, uma espécie de “identidade nacional feminina”. Apesar das catorze décadas que nos separam da publicação de *Mulheres Célebres*, esse modelo persiste e provoca o aprisionamento das mulheres em comportamentos tidos como ideias, apesar de todas as conquistas dos movimentos feministas ao longo desse período.

No mais, a visão de que se deve “educar pelo exemplo” e a percepção de que “a história é a mestra da vida” que perpassam a obra macediana confirma a tese de Jörn Rüsen acerca da consciência história exemplar. Para este autor, o nível de consciência exemplar é o mais observável nos currículos e nos manuais escolares, nos quais a história é utilizada como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.96, 71-78, fev., 1996.

[CÉLEBRE]. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: [<https://www.dicio.com.br/celebre/>]. Acesso em: 21/05/2019.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A educação feminina do século XIX: Entre a escola e a literatura.** Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010.

FONSCECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História.** 2. ed, 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand Brasil, 1989.

_____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Relações de força: história, retórica e prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Carollina C. R. de. **Joaquim Manuel de Macedo, um homem de letras na Educação.** In: Prelo. 2019.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Mulheres Célebres.** Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1878.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora: Planeta do Brasil, 2010.

RÜSEN, Jörn. **O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral.** In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR. 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História.** Curitiba: Ed. UFPR. 2011.